

LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO

Na PUC, o maior  
encontro de  
lingüistas do País

\*

Comunidade  
discute propostas  
da Curadoria

## CONSELHOS

# Consun debate recomendações da Curadoria para a crise

Nesta quarta-feira, 2/8, o Conselho Universitário vai discutir possíveis encaminhamentos para que a universidade siga as instruções determinadas pelo Ministério Público através da Curadoria de Fundações. No início de julho, a comunidade foi

informada pelos conselhos superiores de que a PUC-SP sofreu uma auditoria sigilosa da Curadoria de Fundações. Essa auditoria constatou o estado de insolvência da universidade, além de várias irregularidades. Junto com a Fundação São Paulo, foi traçado um plano de metas (ou Termo de Ajustamento de Conduta – TAC), ao qual a universidade terá que se submeter sob pena de uma intervenção mais profunda do Ministério (veja a relação das medidas nesta edição).

A reitora Maura Vêras explicou no Consun em 10/7 que algumas determinações do Ministério já estariam sendo cumpridas, enquanto outras necessitariam de uma melhor explicitação, já que poderiam contrapor-se aos estatutos da universidade.

No Consun desta quarta-feira, a reitora deve apresentar um painel de suas negociações com a Curadoria de Fundações.

## Contrato de professores

Também deverá estar na pauta de discussão a situação dos profes-

res que estavam sendo contratados em regime emergencial, para substituição dos demitidos no início do ano. Conforme já noticiamos, o Consun entrou em choque com a Fundação São Paulo nessa questão. Enquanto os conselheiros decidiam pela contratação dos novos docentes no quadro provisório, como auxiliares de ensino, a Fundação São Paulo insis-

ção, dada a especificidade da situação. Nesse caso, porém, a Fundação deveria estar atenta para as implicações acadêmicas, jurídicas e trabalhistas que pudessem advir de tal medida (veja íntegra da decisão nesta página).

Até o fechamento desta edição, a Fundação São Paulo não havia se manifestado sobre o caso.

tia para que fosse mantido o caráter excepcional, com os docentes recebendo salários bem abaixo daqueles praticados normalmente.

Na reunião de 10/7, o Consun referendou a sua decisão, mas deixou entreaberta a possibilidade de outro tipo de contrata-

## A decisão do Consun de 10/7

“O Conselho Universitário reafirma o Regimento e o Estatuto da Universidade como norteadores de suas decisões, e, portanto, reitera sua determinação anterior de que as renovações dos contratos dos docentes que ingressaram na universidade, em caráter emergencial, no primeiro semestre de 2006, tenham como consequência seu ingresso no Quadro Provisório, como Auxiliares de Ensino, com os salários vigentes para essa função. Para que isso se concretize, o Conselho Universitário indica que sejam buscadas fontes alternativas de receita, com redução de despesas e realocação de recursos, que não

incidam sobre a folha de pagamento ou em atividade essenciais da universidade, e que permitam arcar com a equalização dos salários nos níveis praticados na categoria dos Auxiliares de Ensino.

Em face da excepcionalidade da situação atual, caso a Fundação São Paulo e a Reitoria considerem inviável a solução acima determinada, o Conselho Universitário alerta para as consequências acadêmicas, jurídicas e trabalhistas que possam advir de outras formas que venham a ser utilizadas na renovação dos contratos docentes em questão e em novas contratações que se fizerem necessárias”.

# O futuro da PUC-SP

Tudo indica que todos nós – professores e funcionários da PUC-SP – teremos um semestre difícil pela frente, provavelmente mais tenso e complicado que os dois semestres anteriores. Tudo indica que a universidade terá de adotar novas medidas de arrocho contratual e salarial e preparar o terreno para novas demissões.

Estamos pagando pela má gestão da universidade nos últimos dez ou vinte anos. Vale lembrar que nesse período a PUC-SP – a maior parte do tempo – ficou sob o controle democrático dos professores, sem a ingerência da entidade mantenedora. Vale lembrar (já tratei disso em vários artigos anteriormente) que o corpo dirigente da universidade não soube controlar os limites de acesso aos altos salários e muito menos a expansão de cursos de graduação e programas de pós-graduação deficitários. A virtude democrática foi prejudicada pela incompetência administrativa.

A bomba retardada estourou numa dívida de mais de R\$ 100 milhões e o encargo mensal de juros extorsivos, o que exige um superávit orçamentário centrado no sacrifício dos professores e no controle rígido das despesas. As medidas adotadas até agora – compressão contratual da maior parte dos professores e centenas de demissões – não foram suficientes para conter a crise. A tentativa de criar cursos rápidos (tecnológicos) e de apelo de mercado, visando novas receitas, não funcionou. Abrir turmas com 13, 14 e 24 alunos (conforme divulgado pela imprensa) é aumentar o déficit e agravar a situação falimentar. As iniciativas de captação de recursos de pesquisas e de prestação de serviços continuam vagarosas, e muito aquém do que a instituição precisa e merece.

Não adianta a Reitoria, de forma arrogante e auto-suficiente, achar que só ela tem propostas em defesa da PUC-SP. A comunidade inteira – professores, funcionários e alunos – defende a

PUC-SP. As entidades das categorias profissionais também defendem a PUC-SP. A Fundação São Paulo e o cardeal Dom Cláudio Hummes certamente também defendem a PUC-SP. O que existem são análises e propostas diferentes sobre a crise, divergências de atuação e de encaminhamentos. É reducionista e maniqueísta apregoar, como tem feito o *Jornal PUC-SP*, que existe uma PUC do “bem” e uma PUC do “mal”. É vergonhoso que uma universidade do porte da PUC-SP queime recursos financeiros preciosos com panfletos dessa natureza.

No começo do ano, a Reitoria cortou indistintamente o corpo docente e evitou mexer de forma cirúrgica nos altos salários. A folha de pessoal continua cheia de professores com salários acima dos 10 mil reais, muitos com dedicação integral a outras universidades – inclusive vários deles lotados na assessoria da própria Reitoria. Por que não se negocia um teto salarial e um limite de 10% de titulares e associados por curso? É uma opção – sem demissões. Mas a Reitoria prefere sobrecarregar boa parte dos professores (não todos) com excesso de trabalho e contratar novos professores nas faixas de R\$ 2.600 a R\$ 3.200. Trata-se, portanto, de outra opção, que não é a única e provavelmente nem mesmo a mais adequada para o enfrentar a crise financeira e manter a qualidade do ensino.

Na situação atual, o que deve preocupar a comunidade não é só a intervenção da Fundação São Paulo ou uma eventual intervenção do Ministério Público, conforme veiculado na imprensa, mas sim o que a Reitoria se propõe a fazer para obter o novo equilíbrio orçamentário exigido pelos bancos credores. É nessas horas que a opção pelos privilégios costuma prevalecer, mesmo agora em que o futuro da PUC-SP é totalmente incerto.

*Hamilton Octavio de Souza,  
Diretor da Apropuc.*

# Uma avaliação das recomendações do Ministério Público para a PUC-SP

*Eric Calderoni*

As medidas propostas pelo Ministério Público já foram ou estavam sendo implementadas, envolvem falsas questões, estão mal formuladas ou incompletas, são impraticáveis e/ou contraproducentes a longo prazo. Gostaria de compartilhar uma proposta alternativa, após brevemente comentar cada uma das sugestões do MP.

- Como "criar medidas para evitar perdas de receitas com dívidas e inadimplentes"?

Em relação à inadimplência, o melhor caminho é expandir a política de mensalidades diferenciadas e descontos para que mais alunos tenham condições de se manter pagando. Baixar o preço é melhor do que excluir da universidade e diminuir a quantidade de alunos por sala. Em relação às dívidas, precisaríamos combinar flexibilidade com força. Precisaríamos dividir o débito em mais parcelas e processar quem não aceita negociar.

- "Adequar o salário dos funcionários ao usual" pressupõe a demissão de profissionais bem treinados, motivados e bem integrados para contratar outros por menor salário. Embora eventualmente haja casos em que realmente seja sensato fazê-lo, não creio que seja algo que compense generalizadamente. Em sendo a folha administrativa muito pequena perto da docente, será que a economia compensará o prejuízo com a perda de qualidade do serviço e dos laços comunitários que possuímos?

- Será que realmente são muitos "os professores faltosos"? E onde eles estão quando faltam, jogando sinuca ou em congressos internacionais, grandes empresas e ocupando altos cargos? A percentagem de faltas, a razão delas, se há ou não reposição e se coexistem outros defeitos e qualidades são aspectos que devem ser levados em conta no julgamento de uma pessoa. Este me parece ser um debate mais acadêmico do que financeiro.

- "Adequar as bolsas aos limites legais" já foi feito, não há novas bolsas na PUC-SP, a não ser as bolsas-dissídio e o ProUni, além do financiamento por parte do governo (Fies). Bolsas integrais e financiamento pela universidade exist-

tem apenas residualmente. As chamadas "bolsas-doação parciais" são descontos, que se não fossem oferecidos, somente gerariam inadimplência e exclusão de alunos que podem pagar parte das mensalidades – só aumentaria o problema. Não há gastos com bolsas na PUC-SP. Com a isenção fiscal para a qual a PUC-SP se qualifica graças às bolsas ProUni, também se evita mais gastos do que seria gerado mesmo que conseguíssemos ocupar as salas de aula com mais alunos pagantes. Sem mencionar que as bolsas elevam a qualidade comunitária da PUC-SP ao permitir condições de estudo a bons alunos que seriam excluídos sem elas. Cortes e condicionamentos nas bolsas-dissídio vêm sendo impostos, com algum mérito, mas não se pode dificultar demais o acesso de docentes, funcionários e familiares à qualificação contínua, sob pena de perdermos em treinamento e motivação.

- "Atualizar normas estatutárias" é uma colocação que pode ter diferentes sentidos, mas subentende-se que se refere a reduzir a democracia/autonomia da universidade em relação à mantenedora. Tal sugestão vai na contramão do projeto da reforma do ensino superior e dos novos paradigmas de "gestão com pessoas". Seria contraproducente, pois destruiria uma das características que levaram à nossa excelência acadêmica. O problema da PUC-SP não é excesso de democracia e sim falta de liderança. É a Deliberação 65/78 que precisa ser reformada, e não o Estatuto.

- "O repasse de dinheiro da Fundação São Paulo para a Fundação Cultural" é em grande parte mero jogo contábil. Se a FCSP cobrar pelos serviços que presta à FSP, ela passará a ter superávit. Racionalizações pontuais já foram feitas e houve economia na FCSP. O caminho é esse e já foi quase que completamente percorrido.

- "Aumento de alunos nos cursos superavitários" vem sendo feito com a expansão da FEA em Santana e há alguma mudança de atitude em unidades que se recusavam a fazê-lo e agora aceitam discutir o caso. Contudo, devem ser levados em conta seus argumentos de que isso prejudica a seletividade discente e docente e desvaloriza a marca, em que pese os ganhos em diversidade. A PUC

está sendo mais esperta, criando novos cursos que se supõe que serão superavitários e aumentando o número de alunos por sala através de compartilhamento de disciplinas entre cursos, quebra de pré-requisitos, desconto para quem não poderia pagar integralmente e aumento de vagas mesmo. Com exceção do penúltimo, todas as demais técnicas produzem efeitos colaterais indesejáveis.

- "Enquadrar os acordos internos na Convenção Coletiva" já está sendo feito, com exceções pontuais.

- Para considerar "readequar o padrão salarial docente ao mercado, respeitando o padrão de excelência da PUC-SP" é preciso ter em mente que várias universidades pagam mais pela hora do que a PUC-SP. Em segundo lugar, o salário por hora não pode ser rebaixado legalmente, muito menos sem o aval do Sinpro. Portanto, para baixar a remuneração horária teríamos que demitir para contratar outros mais baratos, gerando injustiças e prejuízos acadêmicos. Salários mais baixos geram menor dedicação e perda de talentos entre os demitidos, bem como entre seus substitutos.

O que pode ser viável é conseguir negociar com a APROPUC e AFAPUC um "empréstimo compulsório" de parte dos salários dos professores e funcionários à PUC a ser restituído conforme se amortiza a dívida. Preferencialmente os percentuais deveriam ser progressivos conforme o rendimento, a exemplo de como acontece no Imposto de Renda. Isso pode ser usado assim que houver reformas estruturais/sustentáveis suficientes. Notem que as previsões são para uma PUC-SP com superávit operacional e financeiro, apenas se receia não poder pagar integralmente as parcelas de amortização. Tão logo quitada a dívida e à medida da redução dos juros conforme se dá a amortização, sobra caixa para quitar as dívidas com os docentes, que seriam a juros mais baixos. Isso se realmente as parcelas de amortização não puderem ser parcialmente roladas ou se não sair o empréstimo do BNDES, quaisquer das hipóteses que resolveriam nosso problema sem necessitar qualquer nova medida de cortes.

Em todo caso, defendo que o cami-

**continua na página ao lado**

# Metas do Ministério Público atingem todos setores da PUC-SP

inho para a PUC-SP seja a tomada de medidas que garantam uma PUC-SP justa, economicamente sustentável e com ainda maior qualidade acadêmica. Para isso, faz-se imperioso parar de pagar para fazer pesquisa e extensão quem não publica nem presta serviços em nome da universidade. Seguindo a Deliberação 65/78, a PUC vem há quase 40 anos pagando TODOS os professores para que publiquem e realizem extensão, sendo que muitos não o fazem. Todos os docentes devem ter a oportunidade (eu seria contrário a que perdessem essa possibilidade), mas os que optarem por não publicar (nem estiverem inseridos em projetos de extensão) não podem receber o mesmo salário do que quem leciona igualmente e ainda publica pesquisa e/ou realiza extensão. Não proponho perda de direitos, pelo contrário, proponho tornar de direito a opção de não publicar, que muitos professores tomam de fato, opção esta que, contudo, não é permitida em seu contrato de trabalho, regido pela Deliberação 65/78. Não haveria nenhuma dissociação entre ensino, pesquisa e extensão para além dos níveis atuais e pelo contrário, a dissociação tenderia a diminuir, já que para manter os salários, muitos começariam a publicar (com que qualidade não sei, mas a comunidade terá pela primeira vez elementos para julgar).

O montante economizado com a criação de um contrato de trabalho diferenciado para os docentes que optassem por não fazer pesquisa e extensão seria provavelmente mais do que suficiente para nos dar condições de honrar o pagamento das parcelas de amortização da dívida. Além disso, não se geraria demissões nem qualquer forma de injustiça. Ao contrário, estaria se estimulando o exercício da pesquisa e da extensão ao premiar aqueles que o fazem, sem dar o mesmo prêmio àqueles que não os fazem.

É claro que propostas podem ser deturpadas por oportunistas que querem reduzir nossa qualidade acadêmica com propostas como "pesquisa só no pós" e outras. Esses deverão ser combatidos. É preciso termos acesso aos dados para fundamentar soluções que resolvam nosso problema com o mínimo dano colateral para prevenir o oportunismo que quer cortar mais do que precisaria ser cortado.

*Eric Calderoni é Coordenador de Política da Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP e membro re-eleito do CONSUN (ecalderoni@uol.com.br)*



A discussão das normas do TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, tomou boa parte das discussões do último Consun. Essas normas foram resultado da auditoria pública desenvolvida nos meses de maio e junho, pela Curadoria de Fundações na PUC-SP. A reitora não leu todo o documento, pois, segundo ela seu conteúdo era sigiloso, mas relatou as principais conclusões da auditoria. Segundo a professora, a Reitoria deveria discutir alguns adendos à matéria em razão de que vários artigos mostravam-se contraditórios aos regimentos da PUC.

Alguns conselheiros mostraram-se preocupados com as medidas. Para a professora Ana Bock, o TAC

assemelhava-se a um acordo entre a Curadoria e a Fundação São Paulo, para que a mantenedora da PUC-SP pudesse fazer os ajustes que achasse necessários.

Já o professor Dirceu de Mello, a partir de sua experiência no Ministério Público, avaliou que as medidas poderiam ter sido até mais rigorosas, mas destacou que o curador é um curador de Fundações e não de universidades, daí a sua estranheza com as medidas pontuais que o Ministério Público dirigiu à universidade.

Os resultados dos encontros ocorridos nas férias entre a Reitoria, a Curadoria e a Fundação São Paulo serão objeto de discussão no Consun desta quarta-feira.

## AS PRINCIPAIS MEDIDAS DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- Implementação de mecanismos internos de controle mais rígidos;
- A responsabilidade administrativa e financeira da universidade passa para a Fundação São Paulo;
- Editar normas para novas contratações;
- Atualizar as normas estatutárias e regimentos;
- Readequar o padrão salarial docente ao mercado, respeitando-se o padrão de excelência da PUC-SP;
- Editar normas para o fluxo de entrada e acompanhamentos;
- Adequar o salário dos funcionários ao usual;
- Controlar professores faltosos;
- Revisão da política de concessão de bolsas;
- Sistema eficiente de informações (contas a pagar, controle de horas trabalhadas);
- Controle maior dos convênios;
- Providenciar peça orçamentária;
- Lograr a auto-suficiência da Fundação Cultural;
- Aumento de alunos dos cursos superavitários;
- Enquadrar os acordos internos na Convenção Coletiva;
- Fiscalizar o cumprimento das atividades docentes;
- Implementar medidas para a recuperação das perdas, como cobrança de bolsas restituíveis e controle da inadimplência.

# Negociação do Acordo Interno deve ser retomada em agosto

**A** Reitoria propôs à APROPUC no semestre passado, uma série de modificações no Acordo Interno dos professores, visando adequá-lo à crise financeira da universidade. As alterações atingem a estabilidade dos docentes, a complementação do auxílio-doença, bolsas de estudo, auxílio-escola e quinquênios. As discussões entre as duas partes devem ser

retomadas nos próximos dias. A manutenção de um Acordo Interno é fundamental para os trabalhadores da universidade. A PUC-SP foi a pioneira na implantação de várias cláusulas sociais que, logo depois, foram incorporadas por outros sindicatos. Abaixo publicamos um resumo das principais propostas feitas pela Reitoria.

## Propostas da Reitoria de alteração no Acordo Interno dos Professores

### 1 - Complementação salarial de auxílio doença

Fase I: Remuneração pelo INSS e complemento salarial de 100% da diferença de remunerações pela PUC-SP.

Fase II: Remuneração pelo INSS e complemento salarial de 70% da diferença de remunerações pela PUC-SP.

Fase III: Remuneração pelo INSS e complemento salarial de 60% da diferença de remuneração pela PUC-SP. A partir do décimo terceiro mês, o complemento salarial sofrerá decréscimo de 10 pontos percentuais a cada mês.

### 2 - Adicional de auxílio escola

A Fundação São Paulo compromete-se a fornecer, na forma de reembolso, auxílio-escola no valor de até um salário mínimo, em São Paulo e Sorocaba, nas mensalidades para cada filho de professor até completar sete anos de idade.

### 3- Bolsa de estudos

Para professores com contrato de trabalho de dez e vinte horas semanais, serão mantidos os direitos estabelecidos na Convenção Coletiva.

Aos professores com trinta horas contratuais ou mais, serão concedidas duas bolsas, sendo uma para conclusão de mestrado

e uma para doutorado em qualquer área para o titular, e duas bolsas nos cursos da Cogeae, sendo permitidas apenas duas bolsas concomitantes.

Para os dependentes legais (quando houver mais de um) serão concedidas até duas bolsas concomitantes de um curso de graduação e 50% de desconto nos cursos da Cogeae (desde que não excedam 20% das vagas).

### 4- Quinquênios

Proposta I: Os professores seriam contemplados com quinquênios da seguinte forma:

5 anos de trabalho - acréscimo de 1%; 10 anos de trabalho - 2%; 15 anos de trabalho - 3%; 20 anos de trabalho - 4%; 25 anos de trabalho - 5%. (o número máximo é de cinco quinquênios)

Proposta II: Dois decênios de 7%.

### 5- Estabilidade no emprego

Seguir integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho assinada entre Sinpro e Semesp.

## EVENTO

# Encontro reúne lingüistas de todo o Brasil

Durante os dias 19 e 21 de julho, aconteceu no câmpus Monte Alegre o maior encontro de pesquisadores de Letras e Lingüística do país. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, (Anpoll), realizou seu 21.º Encontro Nacional, organizado pela diretoria da própria associação, presidida pela professora Beth Brait, do Departamento de Lingüística da PUC-SP. O encontro contou com a colaboração do Lael (Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüís-

tica Aplicada e Estudos da Linguagem) e da Reitoria.

Sob o tema *Domínios do Saber: História, Instituições, Práticas*, o evento reuniu mais de 600 pesquisadores, que participaram de 31 grupos de trabalho. Segundo a professora Beth, praticamente todos os coordenadores de pós-graduação em Letras e Lingüística do país estiveram presentes, ocupando cerca de 34 salas da universidade durante as férias letivas.

A mesa inaugural *Domínios do saber: história, instituições, práticas*

foi coordenada pela professora Beth, contando com a participação de Eni P. Orlandi (Unicamp), Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ) e Roberto Acízelo de Souza (UFRJ/UFF).

Também durante o encontro aconteceram os lançamentos de livros das áreas em questão. Ao todo, cerca de 70 títulos foram lançados no Club Holms. No site da entidade ([www.anpoll.org.br](http://www.anpoll.org.br)) podem ser encontradas os resumos das comunicações efetuadas no encontro.

# Rola na rampa

## Revista *PUCviva* discute a crise da PUC

Na segunda semana de agosto, será lançado o número 26 da revista *PUCviva*, que debaterá exclusivamente a crise por qual passa a universidade. Ela contará com ensaios dos professores Luiz Eduardo Wanderley, Salma Tannus Muchail, Antonio Carlos Ronca, Luiz Felipe Pondé, Cláudio Couto, Francisco Fonseca, Jorge Cláudio Ribeiro, Erson Martins de Oliveira e Lúcio Flávio Rodrigues. Também constarão textos da diretoria da AFAPUC, do estudante Rodrigo de Souza e um dossiê de documentos da APROPUC sobre o tema.

## Fundação Aniela Ginsberg tem nova diretoria

As professoras Abigail Alvarenga Mahoney e Cecília Rossi assumiram a diretoria da Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg. A Fundação funciona como auxílio de bolsa para os estudantes de Psicologia, em especial da área de Psicologia Social, para realizarem pesquisa e trabalhos acadêmicos. A Fundação surgiu após a morte da ex-professora da PUC-SP Aniela Ginsberg, que deixou seus bens como herança para a construção deste projeto.

## Aula inaugural de Jornalismo Especializado

Para a abertura do segundo semestre do curso de Jornalismo Especializado, oferecido pela Cogear, será realizada uma palestra com o professor Reginal-

## Novos membros estréiam no Consun

A sessão extraordinária do Conselho Universitário (Consun) do dia 2/8 deverá marcar a última participação dos atuais representantes dos funcionários administrativos. A partir do dia 30/8, em sessão ordinária do Consun, Andréa de Melo, Inácia Maria de V. G. Moreno, Ronaldo Martins, Maria das Graças R. dos Santos, Marcos Aurélio de Oliveira e Carla Cristina S. Amor Divino, eleitos no mês passado, irão compor as cadeiras do conselho.

do Nasser acerca do tema *Conflagração no Oriente Médio e jornalismo de guerra*. A Aula Inaugural será no sábado, dia 5/8, das 8h às 10h.

## Reitoria cancela cursos tecnológicos

Depois do vestibular de inverno e da abertura dos cursos tecnológicos, a PUC-SP se viu obrigada a cancelar sete das dez carreiras abertas. Radiologia Médica, Agronegócios, Gestão de Pequenos e Médios Negócios, Gestão em Segurança Pública e Direitos Humanos, Gestão Digital em Hipermídia, Controladoria e Energia foram os cursos cancelados, enquanto Gestão de Marketing, Comércio Exterior e Design de Games serão mantidos mesmo com até 50% de ociosidade em suas turmas. A abertura dos tecnológicos de cur-

ta duração era anunciada pela Reitoria como uma forma de atender a demandas de mercado e gerar receitas para saldar a dívida da PUC-SP. Em entrevista concedida ao *Estado de S. Paulo*, Ana Zilocchi, coordenadora-geral do vestibular da PUC-SP, afirma que “a gente nunca tinha feito isso, entrado na área dos cursos tecnológicos. Muita gente não conhecia, não ficou sabendo. Claro que a crise pode ter influenciado, mas acreditamos que o problema foi oferecer vagas para cursos que não têm demanda”.

## Pedido de correção

Recebemos da professora Bader Sawaia o pedido de retificação que se segue: “No jornal *PUCviva* – edição 582, de 10/07/2006, as informações veiculadas não estão de acordo com o que foi dito na reunião do Cepe, ocorrida em 5/7, como pode ser constatado na gravação da referida reunião. Em relação aos convênios, o texto correto é: “houve uma auditoria para verificar se houve corrupção ou improbidade, tendo sido constatado um caso mais sério que já está sendo avaliado”. Com relação ao parágrafo final da matéria, o texto correto é: “sem parecer de algumas das instâncias de avaliação”.

## Professor promove Café e Debate

O professor Francisco José Nunes, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, participará de uma série de debates sobre temas pertinentes à esquerda e à sociedade brasileira. As discussões girarão em torno de temas como partido, crise de representatividade, questão racial, eleições e violência. O ciclo começará no dia 5/8, próximo ao Metrô Vila Mariana, na Rua Pinto Ferraz, 207. Maiores informações pelo e-mail [cursofilosofia@uol.com.br](mailto:cursofilosofia@uol.com.br).